



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 023/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE nº 11085/2014.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Ipixuna.
- 4- **Exercício:** 2013.
- 5- **Responsável:** Sra. Aguiamar Silvério da Silva, Prefeita Municipal.
- 6- **Unidade Técnica:** Relatório Conclusivo nº 100/2014-DICAMI, fls. 880/906.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2405/2014 – DMP-MPC-FCVM, da Procuradora de Contas Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça às fls. 971/977.
- 8- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Ipixuna. Exercício de 2013.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das Contas Anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em divergência**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando ao Poder Legislativo Municipal a **APROVAÇÃO COM RESSALVAS** das Contas da Prefeitura Municipal de Ipixuna, exercício de 2013, de responsabilidade da **SRA. AGUIMAR SILVÉRIO DA SILVA, PREFEITA MUNICIPAL**, à época, ex-vi do art. 31, parágrafos 1º e 2º da CF/88, c/c o art. 127 da CE/89, art. 18, inciso I, da LC nº 06/91 e art. 1º, inciso I e art. 29 da Lei nº 2423/96, e art. 3º, inciso I, da Res. nº 09/97.

- 10- **Ata:** 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 11- **Data da Sessão:** 13 de maio de 2015.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 023/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, e Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador-Geral, em substituição.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro Convocado

ADEMIR CARVALHO PINHEIRO
Procurador-Geral, em substituição

Este documento foi assinado digitalmente por JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 9AF3F52D-7CE0F4E5-0203678C-72743372



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 023/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 023/2015)

1- **Processo TCE nº 11085/2014.**

2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.

3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Ipixuna.

4- **Exercício:** 2013.

5- **Responsável:** Sra. Aguiamar Silvério da Silva, Prefeita e Ordenadora da Despesa, à época.

6- **Unidade Técnica:** Relatório Conclusivo nº 100/2014-DICAMI, fls. 880/906.

7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2405/2014 – DMP-MPC-FCVM, da Procuradora de Contas Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça às fls. 971/977.

8- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Ipixuna. Exercício de 2013.

Contas regulares com ressalvas. Multas. Instauração da cobrança executiva e posterior inscrição do débito na Dívida Ativa, no caso de não recolhimento dos valores da condenação. Recomendação à Prefeita Municipal.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, em divergência**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

9.1 – À unanimidade:

9.1.1 - Julgar REGULARES COM RESSALVAS as Contas da Prefeitura Municipal de Ipixuna, exercício de 2013, sob a responsabilidade da **Sra. Aguiamar Silvério da Silva, Ordenadora da Despesa**, à época, ex-vi do art. 71, inciso II, da CF/88 c/c o art. 40, inciso II, da CE/89 e art. 1º, inciso II, art. 2º e 5º da Lei nº 2423/96 (LO/TCE);

9.1.2 - RECOMENDAR a Prefeita Municipal o imediato cumprimento do art. 23 da Lei nº 101/2000, sob pena do § 1º do art. 23 da referida Lei quanto aos gastos com pessoal.

9.2 – Por maioria, aplicar **MULTA** a **Sra. Aguiamar Silvério da Silva, Prefeita e Ordenadora da Despesa**, do município de Ipixuna, à época, no valor total de **R\$ 30.960,31 (trinta mil, novecentos e sessenta reais e trinta e um centavos)**, assim discriminados:

9.2.1 - no valor de R\$ 10.960,31 (dez mil, novecentos e sessenta reais e trinta e um centavos), nos termos da alínea a, inciso II, do art. 308 da



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 023/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 023/2015)

Resolução nº 04/02 (R/TCEAM) c/c art. 54, II da Lei nº 2423/96 (LO/TCEAM) – item **01** do Relatório Conclusivo da DICAMI;

9.2.2 - no valor de **R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)**, nos termos do inciso VI, do art. 308 da Resolução nº 04/02 (R/TCEAM) c/c art. 53, parágrafo único e art. 54, VI, ambos da Lei nº 2423/96 (LO/TCEAM) – itens **07; 15 e 21.1**, do Relatório Conclusivo da DICAMI;

9.2.3 - FIXAR o prazo de **30 (trinta) dias** a **Sra. Aguiamar Silvério da Silva, Prefeita Municipal de Ipixuna**, à época, para o recolhimento aos cofres públicos dos valores referentes às **MULTAS** aplicadas a mesmo, com comprovação perante este Tribunal, acrescidos da atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art. 72, II e III da Lei Estadual nº 2423/96 e art. 169, I, da Resolução nº 04/02-TCE;

9.2.4 - AUTORIZAR desde já a instauração da cobrança executiva e posterior inscrição do débito na Dívida Ativa, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, como versa o art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

Vencido o voto-destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, pela inaplicabilidade de multa pelo atraso no ACP.

10- Ata: 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 13 de maio de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Erico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, e Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador-Geral, em substituição.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

ADEMIR CARVALHO PINHEIRO
Procurador-Geral, em substituição

Este documento foi assinado digitalmente por JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spepe> e informe o código: 9AF3F52D-7CE0F4E5-02030678C-72743372